RELATÓRIO & CONTAS 2019

GOLDEN
WEALTH MANAGEMENT

GOLDEN

RELATÓRIO & CONTAS 2019

Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 506 396 878
Capital Social 350.000 Euros

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. ("Golden Broker"), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Índice

1. Mensagem CEO
2. Estratégia 2019
3. Envolvente Macroeconómica
4. Governance
5. Atividade
6. Perspetivas
7. Proposta de aplicação de resultados
8. Considerações Finais

António Nunes da Silva

Presidente do Conselho de Administração
Chief Executive Officer

2019, um ano positivo

Depois do final de 2018 ter terminado num tom de algum pessimismo, eram poucos os que acreditavam que 2019 poderia ser um ano de retornos positivos, como foi. A nossa expetativa era que 2019 pudesse surpreender pela positiva e assim sucedeu.

Retornos positivos que se sentiram, de forma transversal, em todas as classes de ativos, sobretudo no segmento acionista, e que tiveram impacto na generalidade das carteiras dos nossos clientes. A nossa capacidade de gestão e aconselhamento deixou-nos satisfeitos, por termos conseguido reforçar o compromisso para com os nossos clientes, tendo o negócio no segmento de clientes particulares crescido 14%.

A procura constante de novas soluções faz parte do nosso ADN, e a nossa aposta no universo da poupança, proporcionou à Golden a oportunidade de ser acionista maioritário da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. Consolidámos, assim, o nosso papel de parceiro sólido e credível dos clientes e das suas decisões de investimento, abrangendo uma temática que nos move e inspira: a poupança e a preparação do futuro, impactando positivamente a vida de todos. Abrimos, ainda, portas a uma abordagem 360º da gestão patrimonial, dotando-nos do apoio de especialistas das áreas de *real estate* e *corporate* alargando, assim, a oferta disponível.

Continuámos a investir em formação e conhecimento e começámos a aplicar a filosofia KAIZEN nos nossos métodos de trabalho, sempre com o foco de melhorar os nossos processos de entrega ao cliente. Demos vida aos diversos canais digitais marcando uma presença assídua e inequívoca, nomeadamente através do site, blog e linkedin, com a divulgação de temas relevantes, indo de encontro aos interesses dos nossos clientes.

Realizámos a II Edição do Golden Talent Academy, um programa intensivo destinado a jovens, em parceria com a Católica Porto Business School, onde procurámos colmatar as preocupações sobre o futuro das próximas gerações. O ano de 2019 foi positivo! E, em parte, porque contamos com uma equipa preparada para responder aos momentos adversos e às oportunidades. Por isso, quero deixar uma mensagem especial de agradecimento e reconhecimento às nossas pessoas que, com o seu entusiasmo, compromisso e qualidade, têm contribuído para que possamos superar os desafios, que vão muito para além das suas atividades diárias.

Infelizmente, no momento em que estas palavras são escritas o mundo vive o drama da pandemia do Covid-19, um acontecimento imprevisível e de efeitos ainda impossíveis de estimar, quer nos comportamentos sociais, quer na evolução dos mercados financeiros. Um acontecimento que nos relembra que a história humana é feita de mudanças externas, umas provocadas pela ação do homem, outras pela natureza que nos rodeia. É esta sucessão de mudanças externas que marca as nossas vidas e para as quais devemos estar preparados, o melhor que for possível, para as enfrentar.

Na Golden, sabemos que superar as crises requer uma disciplina de trabalho baseada em princípios sólidos e consistentes. Por isso, sei de antemão que, para ultrapassar as mudanças externas, há qualidades da gestão Golden que nunca mudam: não mudam os nossos valores, não muda o compromisso de estar com cada um dos nossos clientes. É o que nos define. É a nossa forma de ser e de estar. Estamos continuamente em busca das melhores soluções e oportunidades.

É também essa atitude que nos faz querer ir mais além. Todos os dias. Com todos e com cada um de vós.

Estratégia 2019

Rentabilidades Consistentes

Enquanto o ano 2018 foi desafiante em todas as frentes, pode-se dizer que o ano de 2019 foi o simétrico, tendo surpreendido pela positiva.
O catalisador deste ano exuberante foi, na nossa opinião, o pivot histórico no posicionamento da FED. Ao longo do ano assistimos, em primeiro lugar à mudança de discurso, de seguida aos cortes de taxas e, já no último trimestre, ao evento mais importante: a expansão do balanço!

RENTABILIDADES ANO 2019			
	Benchmark	**EUR**	**Moeda local**
Obrigações	Euro Treasury	6,76%	6,76%
	Euro Corporate	6,20%	6,20%
	Euro HY	9,69%	9,69%
	EM Local	14,48%	14,48%
Ações	MSCI World	23,65%	28,14%
	MSCI EM	19,16%	16,69%
	S&P 500	26,31%	31,48%
	EuroStoxx600	25,45%	27,75%
	Nikkei 225	15,19%	20,69%
Commodities	Commodities CRB	12,26%	10,03%
Alternativos	Hedge Funds	3,17%	7,74%
USD/EUR	USD/EUR	2,26%	

Apesar de um início de ano atribulado, a Golden na sua perspetiva de médio de longo prazo, acredita que o mercado nos meses seguintes continuará a dar razão à importância da gestão ativa, da diversificação e da visão e perspetiva de longo prazo.

	Defensivo	Moderado	Dinâmico	Agressivo	GEI
2019 – dez. (YTD)	**3.43%**	**7.37%**	**11.37%**	**16.11%**	**22.35%**
2018	-3.32%	-5.25%	-7.56%	-9.90%	-19.09%
2017	0.85%	3.66%	5.81%	8.06%	7.26%
2016	1.44%	2.08%	2.09%	2.03%	10.50%
Últimos 2 anos	-0.01%	1.73%	2.95%	4.61%	-1.00%
Últimos 3 anos	0.84%	5.45%	9.94%	13.04%	6.18%
Desde o início (2015)	**1.61%**	**9.22%**	**15.82%**	**24.51%**	**10.75%**

As nossas Pessoas

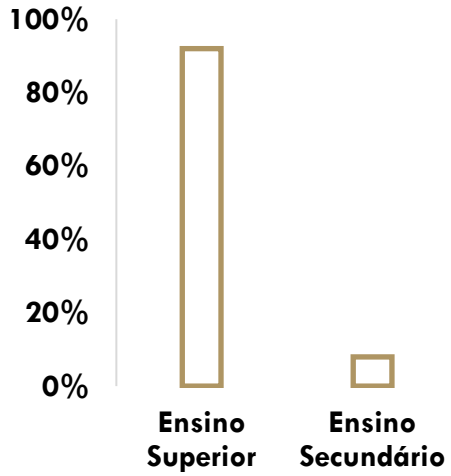
66
Colaboradores

26
Financial Advisors

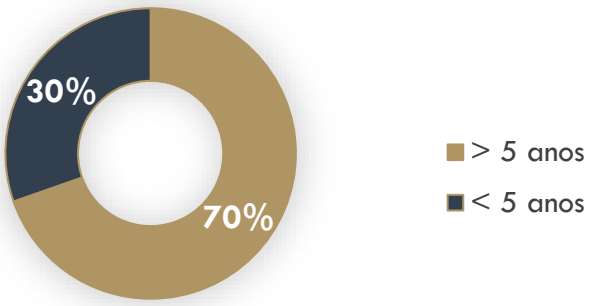
35
% de mulheres

65
% de homens

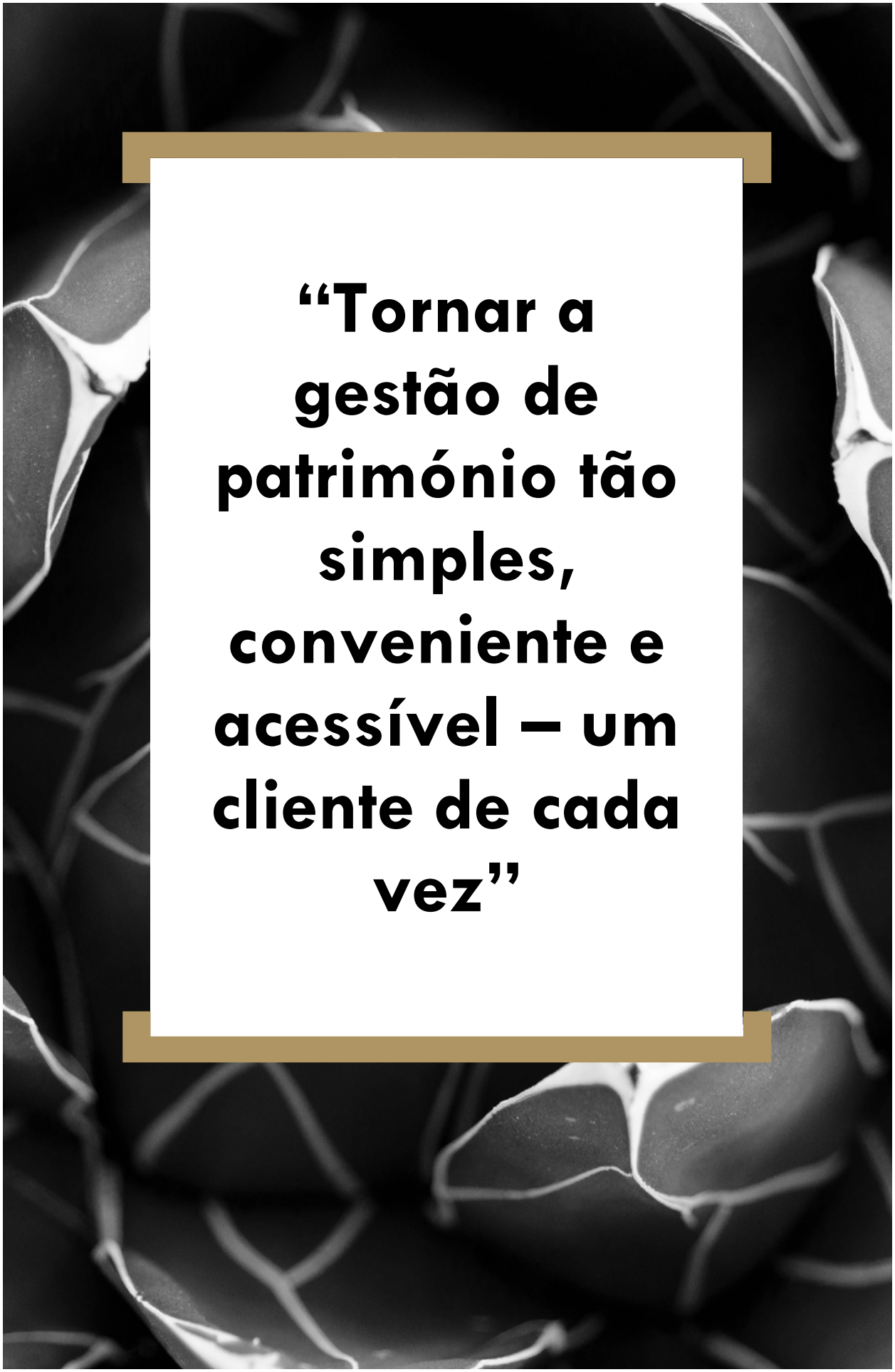
Educação



Anos de serviço



70% dos colaboradores trabalham na Golden há mais de 5 anos.



“Tornar a gestão de património tão simples, conveniente e acessível – um cliente de cada vez”

Envolvente Macroeconómica

> **Apesar do receado abrandamento do ritmo de crescimento, a economia mostrou uma incrível resiliência e estabilidade durante todo o ano de 2019 e a taxa de crescimento real anualizada manteve-se sempre ligeiramente acima da fasquia em todos os trimestres.**

Sérgio Silva
Administrador
Chief Investment Officer

Macroeconomia

Nos EUA apesar do receado abrandamento do ritmo de crescimento (face aos valores registados em 2018 se ter confirmado), a economia mostrou uma incrível resiliência e estabilidade durante todo o ano de 2019 e a taxa de crescimento real anualizada manteve-se sempre ligeiramente acima da fasquia dos 2.0% em todos os trimestres. Assim durante o ano de 2019, a economia americana cresceu em média 2.3% o que compra com um valor de 2.9% em 2018. Se o abrandamento é indiscutível temos, contudo, de evidenciar que continuamos perante o maior período de expansão económica da história americana que já se prolonga há mais de uma década! A generalidade dos indicadores macroeconómicos continuam bem suportados e o mercado laboral continua fortíssimo com a taxa de desemprego a atingir os 3.5%, valor mais baixo dos últimos 50 anos. Na vertente política e relativamente à administração liderada por Donald Trump, 2019 foi um ano rico em incidências, tendo funcionado como uma grande nuvem a fazer sombra e reduzir a visibilidade dos vários agentes económicos, com as múltiplas polémicas que acompanharam o presidente americano. Desde o mais longo shutdown dos serviços federais da história (35 dias), às polémicas associadas aos vários membros e ex-membros da sua equipa, passando pelos vários avanços e recuos nas negociações de acordos comerciais com todos os principais parceiros comerciais (China, México, Canadá, União Europeia, Japão, etc.), incluindo ainda os polémicos tweets e as controvérsias internas que acabaram por culminar num processo formal de impeachment com o objetivo de destituir o Presidente, este foi um ano desafiante para Trump em múltiplas frentes. Contudo, as últimas semanas do ano foram extremamente importantes no capítulo da guerra comercial sino-americana, tendo as duas nações finalmente alcançado um acordo preliminar / de primeira fase, que veio a ser oficializado durante o mês de janeiro de 2020, deixando perspetivas positivas para a evolução económica nos primeiros trimestres de 2020. No entanto, com o aparecimento do novo coronavírus na China, no final do ano, o grande nível de incerteza dos seus impactos para a economia global podem comprometer o bom desempenho da economia americana no próximo ano.

Na Europa, a evolução das variáveis macroeconómicas foi claramente menos animadora com a principal economia da zona Euro (a Alemanha) a roçar persistentemente a estagnação ao longo de 2019 e isto na sequência de um ano de 2018 que também já não deixara saudades. Assim, a

economia da zona euro avançou a um ritmo ténue e este baixo crescimento foi acompanhado de uma inflação anémica em torno dos 1.0%. Destaque positivo, contudo, para a lenta, mas continuada, descida das taxas de desemprego e principalmente para diminuição do desemprego jovem. Na Europa, a nível político, o ano ficou marcado pelo arrastar do processo do Brexit, por importantes manifestações de descontentamento popular nas ruas (evidente na crise da Catalunha, nos protestos dos coletes amarelos em França e greves de várias categorias profissionais em Portugal) e ainda pelas manifestações climáticas nas várias capitais europeias que contribuíram para um agravar da sensação de insatisfação generalizada com o atual estado de situação na União Europeia (EU). E por falar em EU, destaque também para a dança de cadeiras nos lugares cimeiros das principais instâncias europeias. Com as eleições para Parlamento Europeu, cujos resultados se traduziram no Parlamento mais fragmentado de sempre, a alemã Ursula Von der Leyen assumiu a presidência da Comissão Europeia e fez do combate às alterações climáticas, um dos pontos centrais da sua agenda (comparando os esforços de descarbonização e projetos verdes que serão implementados na europa na próxima década à corrida espacial dos anos 60 e ao Programa Apollo dos EUA). Enquanto a agenda política europeia andou preenchida com estas iniciativas grandiosas a verdade é que o PIB da Zona Euro cresceu apenas 1.2% em 2019, o valor mais baixo dos últimos 6 anos. Assim, os números confirmam o abrandamento da economia do velho continente no quarto trimestre, período no qual o crescimento foi de 0,1% na área da moeda única aproximando-se perigosamente da estagnação / recessão. Destaque para a situação, já referida anteriormente, da Alemanha cuja economia conseguiu evitar a entrada numa recessão técnica, mas com o seu setor industrial a persistir num estado muito débil e mergulhado numa prolongada sequência de trimestres em contração da atividade. Numa nota mais positiva, o consumo privado continuou a mostrar resiliência, assim como o mercado de trabalho, em que a taxa de desemprego continuou a recuar. Segundo as projeções da Comissão Europeia, a Zona Euro irá manter a taxa de crescimento de 1.2% do PIB tanto em 2020 como em 2021. É de notar que estas previsões não incorporam os possíveis efeitos da epidemia do novo coronavírus, sendo muito provável que os números venham a ser revistos em baixa principalmente devido ao colapso da 3ª mais importante economia da zona euro, a Itália.

No Reino Unido e como já foi referido, inevitavelmente o ano ficou marcado pelo longo e tedioso processo de saída da União Europeia. A passagem de testemunho de Theresa May para Boris Johnson na liderança do executivo britânico a meio do ano acabou por ditar uma mudança de rumo nas negociações do Brexit. Depois de muitas dificuldades em obter progressos nas negociações com a EU, a alteração do chefe de governo e, posteriormente, a convocação (e resultados clarificadores com uma vitória esmagadora com maioria absoluta do partido Conservador liderado por Boris Johnson) de Eleições Gerais antecipadas permitiu finalmente obter avanços! Após a saída formal do Reino Unido da União Europeia a 31 de janeiro, Boris Johnson quer implementar o Brexit o mais rapidamente possível e já avançou com uma proposta de alteração à lei do Brexit que visa impedir que sejam negociadas mais extensões entre Londres e Bruxelas. Esta medida torna ilegal qualquer pedido de extensão das negociações, que terão de ficar concluídas até ao fim de 2020. Durante esse período, o Reino Unido permanecerá na união aduaneira da União Europeia e no mercado único, mas o governo não terá direito a voto nas instituições do bloco. Espera-se assim que em 2020 se encerrem alguns capítulos desta longa novela, com o que se espera que seja uma saída feita de forma controlada e não descoordenada, mas dado que ainda é preciso negociar o acordo de saída durante os próximos 12 meses, facto que muitas pessoas consideram extremamente ambicioso, pode resultar num ressurgir de tensões no final de 2020.

Nota final para a economia nipónica que permanece num marasmo, acabando mesmo por ter no 4º trimestre uma contração, com o consumo a reagir violentamente ao agravamento do imposto sobre as vendas (Sales tax) similar ao IVA e aos efeitos do tufão Hagibis que atingiu duramente a zona de Tóquio condicionando toda a atividade económica nesta importantíssima área metropolitana durante mais de uma semana.

Com as principais economias desenvolvidas a dar um contributo menos positivo para a performance económica global em 2019, o crescimento global registou o seu pior ano desde a grande crise financeira de 2007-2008. Esta performance foi muito influenciada pelos constantes atritos criados por Trump ao nível do comercio internacional que influenciaram significativamente

o sentimento dos empresários e a atividade económica e vieram expor alguns problemas estruturais que persistem por resolver por falta de coragem política.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Estimate		Projections		Difference from Oct 2019 WEO Projections 1/	
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**
World Output	3.6	2.9	3.3	3.4	–0.1	–0.2
Advanced Economies	2.2	1.7	1.6	1.6	–0.1	0.0
United States	2.9	2.3	2.0	1.7	–0.1	0.0
Euro Area	1.9	1.2	1.3	1.4	–0.1	0.0
Germany	1.5	0.5	1.1	1.4	–0.1	0.0
France	1.7	1.3	1.3	1.3	0.0	0.0
Italy	0.8	0.2	0.5	0.7	0.0	–0.1
Spain	2.4	2.0	1.6	1.6	–0.2	–0.1
Japan	0.3	1.0	0.7	0.5	0.2	0.0
United Kingdom	1.3	1.3	1.4	1.5	0.0	0.0
Canada	1.9	1.5	1.8	1.8	0.0	0.0
Other Advanced Economies 3/	2.6	1.5	1.9	2.4	–0.1	0.1

Tabela 1 - World Economic Outlook Projections | Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Update - Janeiro 2020

WEAKER AND WEAKER

The slowdown in global growth in 2019 reflects lower growth in several key countries and regions

Contributions to growth slowdown, percentage points, 2019

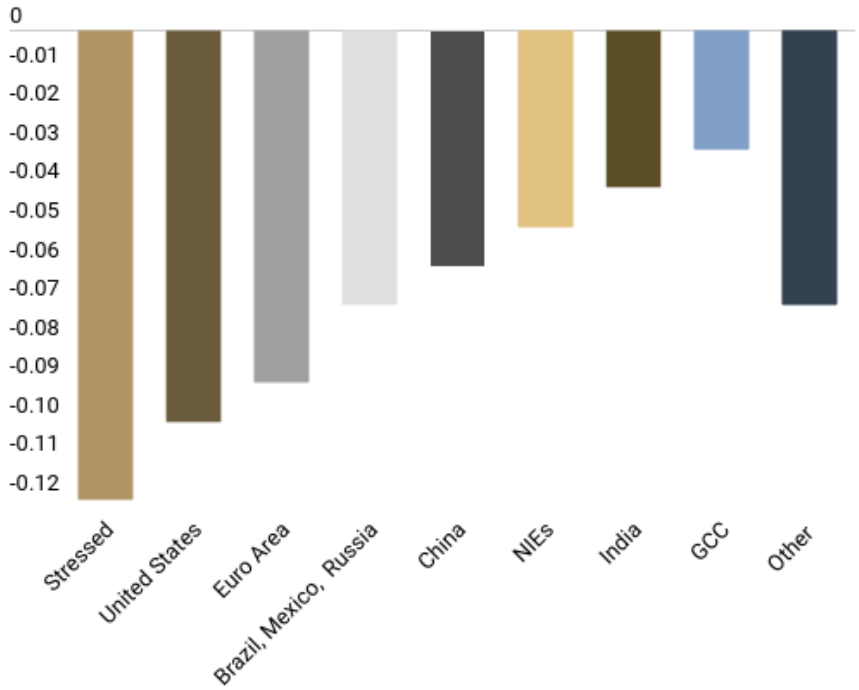


Gráfico 1- Weaker and weaker | Blog Fundo Monetário Internacional, 2019 in Review: The Global Economy Explained in 5 charts

Relativamente a bancos centrais, a Reserva Federal Norte-Americana (FED), em 2019, inverteu a política de normalização que já vinha desde 2015, com a FED a cortar 3 vezes a taxa de juro de referência, que começou o ano no intervalo 2.25%-2.5% e terminou no 1.5%-1.75%. Na última reunião de 2019, que não trouxe alterações de política monetária, Jerome Powell relembrou que a economia está a crescer há 11 anos — o mais longo ciclo de sempre – e que a FED vai continuar a monitorizar as implicações das informações que vai receber sobre as perspetivas económicas, incluindo desenvolvimentos globais e as ténues pressões da inflação. O banco central já tinha sinalizado que após o terceiro corte do ano poderia interromper o ciclo de descidas no custo do financiamento, adotando agora um posicionamento de "hold and see" e abrindo as portas para um movimento (que não deveria acorrer antes de meados do novo ano) tanto poder ser de subida como descida, fazendo depender a sua ação apenas do desempenho da evolução da economia.

O Banco Central Europeu (BCE), por sua vez também sentiu necessidade de manter a sua politica monetária acomodatícia, materializando-a através da implementação de um novo programa de operações de financiamento de longo prazo ao setor financeiro europeu (TLTROs), garantindo liquidez abundante no mercado, acompanhado de um corte na taxa de juro de referência para os depósitos para um nível ainda mais negativo (de -0.4% para -0.5%). Outra mudança importante foi a saída de Mario Draghi e a entrada de Christine Lagarde para o cargo de Presidente do BCE. Nos seus primeiros discursos após assumir a liderança do BCE, Lagarde tem indicado que pretende manter o guião deixado pelo seu antecessor com o objetivo de suportar a economia europeia prometendo rever a estratégia de atuação do BCE e a utilização de novas possibilidades de ação de política monetária, mas com um mandato eventualmente mais amplo abarcando agora uma responsabilidade adicional para o BCE de promover / apoiar projetos que visem combater as alterações climáticas. Para 2020, é esperado que a política monetária europeia se mantenha inalterada até ao princípio de verão, seguindo a mesma abordagem da americana.
Relativamente ao Reino Unido, no que diz respeito a política monetária, o ano foi pobre em novidades, com a taxa de juro de referência a manter-se ao longo de todo inalterada nos 0.75%. As preocupações do banco central incidem sobre o desfecho do Brexit e começam a aumentar as expetativas que teremos um corte já em 2020, com o objetivo de responder aquilo que poderão ser os efeitos adversos sobre a economia britânica.

No Japão, o banco central (BoJ), manteve a política monetária inalterada ao longo de todo o ano com a manutenção dos seus programas de compras de ativos para manter as taxas de juro a 10 anos a níveis residuais. A política monetária parece não conseguir apresentar soluções para a evolução económica dececionante do país nos últimos anos, então o primeiro ministro japonês Shinzo Abe, decidiu implementar um plano "poderoso" e "ousado" para reanimar a economia, estimando investir Eur 108 mil milhões. Cerca de 50% desse valor deve ser gasto a modernizar e renovar as infraestruturas do país. Claro que este tipo de intervenção também tem os seus aspetos negativos pois vem somar à já enorme dívida que o país detém (238% do PIB, em 2018). Assim, resta esperar para ver os resultados de mais este pacote de iniciativas.

Em resumo, 2020 a economia mundial deve continuar a crescer, mas a um ritmo mais moderado. Com o atenuar das tensões comerciais e com um maior esclarecimento sobre o Brexit, a economia mundial parecia estar encaminhada para um bom desempenho em 2020, com uma ligeira aceleração da atividade face a 2019.

REAL GDP GROWTH

%, year-on-year. Arrows indicate the direction of revisions since the November 2019 Economic Outlook

	2019	2020	2021		2019	2020	2021
World	2.9	2.4 ↓	3.3 ↑	**G20**	3.1	2 .7 ↓	3.5 ↑
Australia	1.7	1.8 ↓	2.6 ↑	**Argentina**	-2.7	-2.0 ↓	0.7 ↓
Canada	1.6	1.3 ↓	1.9 ↑	**Brazil**	1.1	1.7 ↓	1.8 ↓
Euro area	1.2	0.8 ↓	1.2 →	**China**	6.1	4.9 ↓	6.4 ↑
Germany	0.6	0.3 ↓	0.9 →	**India**[1]	4.9	5.1 ↓	5.6 ↓
France	1.3	0.9 ↓	1.4 ↑	**Indonesia**	5.0	4.8 ↓	5.1 →
Italy	0.2	0.0 ↓	0.5 →	**Mexico**	-0.1	0.7 ↓	1.4 ↓
Japan	0.7	0.2 ↓	0.7 →	**Russia**	1.0	1.2 ↓	1.3 ↑
Korea	2.0	2.0 ↓	2.3 →	**Saudi Arabia**	0.0	1.4 ↓	1.9 ↑
United Kingdom	1.4	0.8 ↓	0.8 ↓	**South Africa**	0.3	0.6 ↓	1.0 ↓
United States	2.3	1.9 ↓	2.1 ↑	**Turkey**	0.9	2.7 ↓	3.3 ↑

↓ downward by 0.3 pp and more ↓ downward by less than 0.3 pp → no change ↑ upward by less than 0.3 pp ↑ upward by 0.3 pp and more

Tabela 2 - Real GDP Growth | Fonte: OCDE, Interim Economic Outlook, março 2020

No entanto, com o aparecimento e disseminar global do coronavírus Covid19 veio trazer turbulência social e económica, incerteza e imprevisibilidade que certamente irá condicionar de uma forma relevante as principais métricas económicas globais.

A Economia Portuguesa

A economia portuguesa cresceu 2,2% em 2019, uma décima acima do estimado pelo Governo, mas menos do que os 2.6% de crescimento que ocorreu em 2018. É de notar que estes são os dados revistos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgados em fevereiro. Assim, Portugal continua a convergir com a Zona Euro, pelo 4º ano consecutivo. Isto é muito positivo já que é conseguido ao mesmo tempo que o país vai equilibrando as suas contas publicas, reduz tanto a divida pública como a privada e mantém as contas externas em relativo equilíbrio. No entanto, quando se tem em conta o restante contexto da União, este resultado não é assim tão brilhante. Em primeiro lugar, a economia portuguesa beneficiou, e continua a beneficiar, de um contexto externo mais favorável do que nunca, designadamente com a política de estímulos do BCE, os juros da dívida tem atingido valores residuais. Desta forma, Portugal acaba por não registar um crescimento assim tão exuberante quando comparado com as economias de igual nível de desenvolvimento, sendo que nos próximos dois anos, pelo menos cinco países da coesão com rendimento igual ou superior ao português que crescerão mais: Chipre, República Checa, Estónia, Eslovénia e Malta.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2019-2022

Taxa de variação anual em percentagem (excepto onde indicado)

	% do PIB 2018	BE dezembro 2019					BE outubro 2019	BE junho 2019		
		2018	2019 (p)	2020 (p)	2021 (p)	2022 [p]	2019 [p]	2019 (p)	2020 (p)	2021 [p]
Produto interno bruto	100	2,4	2,0	1,7	1,6	1,6	2,0	1,7	1,6	1,6
Consumo privado	64,8	3,1	2,3	2,1	1,9	1,7	2,3	2,6	2,0	1,7
Consumo público	17,0	0,9	0,5	0,8	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5
Formação bruta de capital fixo	17,6	5,8	7,3	5,4	4,8	4,3	7,2	8,7	5,8	5,5
Procura interna	99,9	3,3	3,1	2,6	2,2	2,0	2,9	3,5	2,3	2,2
Exportações	43,5	3,8	2,8	2,6	2,8	3,0	2,3	4,5	3,1	3,4
Importações	43,4	5,8	5,4	4,6	4,2	3,9	4,6	8,0	4,3	4,4
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) [a]										
Procura interna		1,7	1,5	1,3	1,2	1,1	1,6	1,3	1,1	1,0
Exportações		0,8	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
Emprego [b]		2,3	1,0	0,8	0,4	0,1	0,9	1,3	0,8	0,4
Taxa de desemprego		7,0	6,3	5,9	5,6	5,6	6,4	6,3	5,7	5,3
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,4	0,4	0,7	0,9	0,0	0,5	0,1	0,2	0,2
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,8	-0,6	-1,2	-1,7	-2,1	-0,7	-0,5	-0,7	-1,1
Índice harmonizado de preços no consumidor		1,2	0,3	0,9	1,2	1,4	0,4	0,9	1,2	1,3

Tabela 3 - Projeções do Banco de Portugal | Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico Dezembro 2019

O Banco de Portugal considera que o enquadramento externo se tornou menos favorável ao longo de 2019, perspetivando uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comercio mundial ao longo dos próximos 3 anos. No entanto, existe uma grande incerteza em torno da retoma do comércio mundial, e agora, das consequências da propagação do coronavírus pelas várias geografias. O abrandamento das exportações também se tem registado em Portugal. Em contraste, o setor dos serviços permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho. Neste contexto, a desaceleração da atividade em 2019 reflete a manutenção do dinamismo da procura interna e um menor crescimento das exportações. É antecipado uma desaceleração do consumo privado, em linha com o rendimento disponível, mas ainda assim deverá manter um contributo relativamente forte para o desempenho da economia nacional.

Ao nível do comércio externo, como nos últimos trimestres o crescimento das importações tem sido sistematicamente superior ao das exportações, o país tem assistido a um novo agravar das contas externas nomeadamente do défice da balança de bens e serviços destruindo os ganhos obtidos durante a implementação dos programas de estabilidade e crescimento negociados com Bruxelas durante a crise. Relativamente ao mercado de trabalho, antecipa-se que o emprego continue a crescer, mas a um ritmo progressivamente mais lento e o Banco de Portugal estima que a taxa de desemprego passe de 7% em 2018 para 5.6% em 2022.

Os principais riscos para a economia portuguesa são maioritariamente externos, nomeadamente o fraco crescimento esperado da procura externa nomeadamente dos parceiros comercias da UE. Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos, o grande peso da dívida externa (que terá descido dos 122.2% em 2018 para próximo dos 120%) continua a ser um grande foco de preocupação, particularmente num cenário de abrandamento maior económico / choque externo adverso. Outro aspeto preocupante prende-se com a combinação deste elevado nível de endividamento (público e privado) da economia com uma baixa taxa de poupança de famílias e deficiente capitalização das empresas que resulta numa enorme dependência dos capitais externos. Finalmente, após vários anos a beneficiar de efeitos conjunturais positivos e do crescimento do turismo que acabaram por não ser aproveitados para implementar as necessárias reformas estruturais, com os investimentos estruturantes a ser adiados, em prol da reposição de gastos com salários e benesses para a Função Pública, o país encontra-se mais uma vez numa situação de fragilidade e particularmente exposto à já referida situação do Covid19.

Evolução dos Mercados Financeiros em 2019

O ano de 2019 foi marcado por riscos e tensões, com o ciclo noticioso a ser povoado por "crises" e temáticas como o Brexit, as guerras comerciais, em especial entre EUA e China e o risco de abrandamento económico global sincronizado. No entanto, todas as classes de ativos terminaram com uma performance positiva, com os índices bolsistas a registarem avanços expressivos atingindo por diversas vezes máximos absolutos (nos EUA) e relativos (na Europa) ao longo do ano.

Como já foi referido, todas as classes de ativos apresentaram uma performance notável este ano, algo que não poderia ser mais contrastante com o que ocorreu no 2º semestre de 2018 e a subida expressiva das bolsas permitiu não só recuperar as perdas do ano passado como colocar a generalidade dos investidores em ganhos. A classe da dívida, mais especificamente os governos core, mostrou uma força surpreendente ao valorizar quase 7% no ano, tendo perdido algum do desempenho que acumulara até ao final do verão nos últimos meses do ano. No entanto, esse é um valor muito acima do esperado, num ambiente considerado de "risk on" onde ativos menos expostos ao risco tendem a ter uma performance mais modesta. Ao nível da dívida corporativa, Investment Grade e High Yield, tanto denominada em euros como em dólares, os spreads continuam a comprimir e em trajetória decrescente, trazendo ganhos interessantes aos investidores. Finalmente, destaque para a performance da dívida emergente que, dado o ambiente de baixas taxas de juro, conjugados com um dólar estável e uma subida das matérias primas, apresenta uma performance invejável, subindo quase 15% no ano (para os investimentos realizados em ativos denominados em moeda local)!

Em termos de mercados acionistas o ano não poderia ter corrido mais de feição e ao encontro com as nossas expectativas e com o nosso outlook, onde antecipávamos (contra a opinião de analistas dos mais importantes bancos de investimento internacionais) que estavam criadas as condições para termos uma surpresa positiva nas bolsas!

O índice representativo de ações globais, o MCSI WORLD (Euro Hedged) terminou o ano a valorizar 23.7%, com o mês de dezembro a ser responsável por cerca de 1.5% da performance. No outro lado do Atlântico, os Estados Unidos viram os seus índices de referência a fazer máximos absolutos, com destaque para o NASDAQ 100, índice que engloba as principais empresas tecnológicas, que terminou o ano a subir quase 40%! No Japão, os investidores estão mais cuidadosos devido à prolongada fragilidade da economia nipónica, que nem o Banco Central do Japão, nem o seu governo parecem conseguir inverter. Assim o Nikkei 225 apresentou uma underperformance relativamente aos outros grandes índices mundiais e "apenas" subiu 15 % em 2019.

Na classe das matérias primas, o índice CRB - Thomson Reuters/Core Commodity Index, também apresentou uma performance positiva de 12.2% no ano, tendo subido 3.1% só em dezembro. O principal destaque vai para o petróleo a valorizar 36% no ano. O movimento principal ocorreu nos primeiros 3 meses do ano, recuperando da queda violenta dos últimos meses de 2018. O preço encontrou suporte no início do ano porque os membros da OPEP, nomeadamente a Arábia Saudita não estavam interessados num preço tão deprimido por motivos de equilíbrio orçamental. O fraco crescimento económico global, a crescente produção norte-americana (shale-oil) e a existência de capacidade produtiva excedentária mantiveram o preço do petróleo condicionado durante o segundo semestre, mas assistiram-se a alguns episódios de volatilidade ao longo do ano em momentos de tensão internacional.

Por fim, a nível cambial o ano foi relativamente estável, sendo que a volatilidade neste mercado se encontra perto de mínimos históricos. O dólar terminou o ano a apreciar 2.26% face ao euro, mas a depreciar 2.84% face à libra esterlina (GBP) que foi, entre as principais divisas (dos países do G7), a grande vencedora em 2019. Sendo que o Dollar Index terminou o ano a subir 0.38%.

RENTABILIDADES ANO 2019			
	Benchmark	**EUR**	**Moeda local**
Obrigações	Euro Treasury	6,76%	6,76%
	Euro Corporate	6,20%	6,20%
	Euro HY	9,69%	9,69%
	EM Local	14,48%	14,48%
Ações	MSCI World	23,65%	28,14%
	MSCI EM	19,16%	16,69%
	S&P 500	26,31%	31,48%
	EuroStoxx600	25,45%	27,75%
	Nikkei 225	15,19%	20,69%
Commodities	Commodities CRB	12,26%	10,03%
Alternativos	Hedge Funds	3,17%	7,74%
USD/EUR	USD/EUR	2,26%	

Tabela 4 - Rentabilidades Ano 2019 | Fonte: Bloomberg

No que diz respeito ao Crescimento, a maioria dos outlooks antecipa um abrandamento económico generalizado, com o continuar da desaceleração estrutural que a economia global vinha a experienciar, com particular destaque para os países desenvolvidos. Acresce agora as disrupções causadas ao normal funcionamento das economias pelas medidas de combate à epidemia que se começou a propagar pelo mundo logo nas primeiras semanas do ano. Assim, é praticamente certo que várias geografias irão entrar em recessão durante o ano de 2020, o que vai criar ainda mais desafios para os vários agentes económicos, e por consequência, para a saúde dos mercados financeiros. É esperado que tanto os bancos centrais, como os governos dos diferentes países afetados pelo coronavírus, comecem a introduzir estímulos, sob a forma de uma política monetária ainda mais expansionista e através de incentivos fiscais respetivamente para a garantir e facilitar o acesso a liquidez para as empresas e tentar salvaguardar os rendimentos dos contribuintes. A duração deste travão na economia mundial é ainda incerto e está dependente de muitas variáveis não totalmente ainda conhecidas e por isso estão longe de ser controladas.!

Assim, é muito provável que o ano de 2020 será um dos mais desafiantes dos últimos tempos, com todo este nevoeiro a pairar sobre os mercados financeiros é expectável que haja um ressurgir da volatilidade que se tinha mantido muito amena em 2019. Este tipo de ambiente é muito desgastante para os investidores pois vêm grandes variações nas suas carteiras e têm que domar o impulso de vender quando o mercado mostra sinais de pânico e está muito deprimido e comprar quando o mercado mostra sinais de exuberância temporária. Acreditamos, contudo, que o nosso cenário central mais positivo para o médio prazo se irá manter válido. É importante referir que nesta altura comportamentos emocionais são por vezes perigosos, na medida em que as reversões também podem ser bastante rápidas. Somos da opinião que este é um choque temporário nos mercados, ou seja, acreditamos que a postura correta perante a volatilidade e queda das bolsas das últimas sessões não é reduzir o risco da carteira / adotar uma postura mais cautelosa e defensiva, mas sim procurar identificar oportunidades que o movimento de correção gerou particularmente em ativos de setores mais cíclicos! No curto prazo a volatilidade é dolorosa, mas para triunfar nos mercados a médio / longo prazo o investidor de sucesso tem de estar disponível para tolerar estes episódios e manter, nesses momentos difíceis, uma postura ponderada, paci racional.

Governance

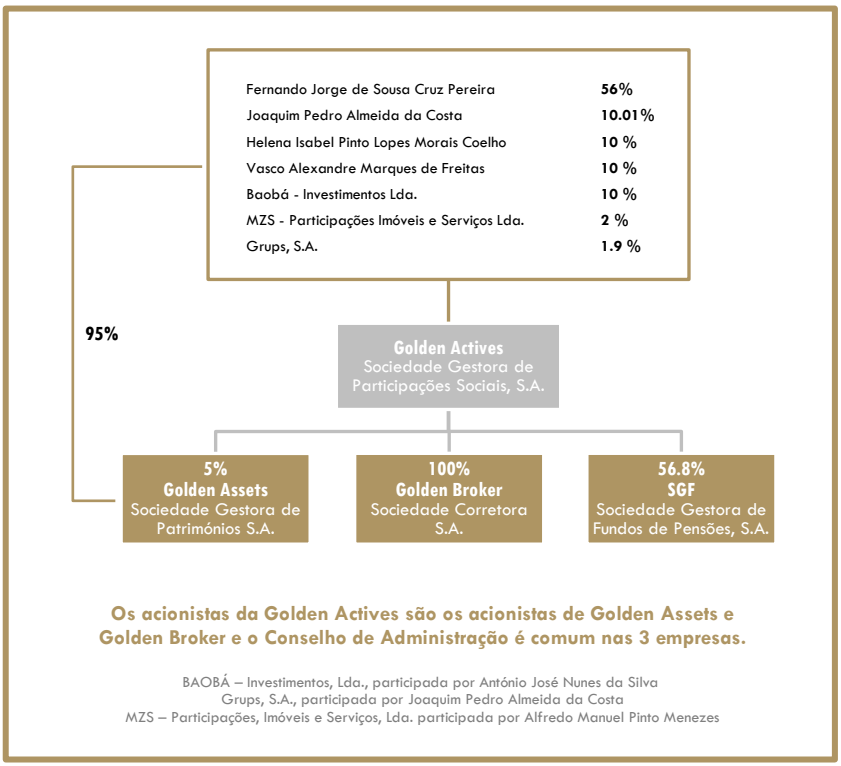
A inovação digital tem vindo a sentir-se de forma crescente como impulsionador da adaptação das regras do Compliance às novas tecnologias.

João Correia de Matos
Administrador
Chief Legal Officer

No ano de 2019 a nota mais saliente foi o início, em finais de julho, da atividade do Conselho Fiscal, no seguimento da autorização dada pelo Banco de Portugal para exercício de funções pelos respetivos membros, respetivamente do Presidente do Conselho Fiscal (Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel), dos Vogais (André Filipe Oliveira de Miranda e Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho) e do Suplente (Paulo Manuel dos Santos Ribeiro de Magalhães e Silva). Desta forma, a sociedade deixou de ter a fiscalização cometida ao Fiscal Único, passando esta importante função a ser repartida pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas (PKF & Associados, SROC, Lda, representada por José de Sousa Santos, tendo como suplente Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha), assim se cumprindo a nova exigência legal em termos de organização societária. Relativamente aos restantes órgãos sociais e composição acionista não houve alterações durante o ano de 2019, pelo que se mantiveram durante o ano as principais caraterísticas da Governance da sociedade, que a seguir se descrevem.

1. Estrutura da organização, composição acionista, direito de voto, transmissão de ações e regulação

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas, Golden Actives – SGPS, S.A. ("Golden Actives"), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. ("Golden Broker"), Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. ("Golden Assets") e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("SGF"). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker, 5% do capital social da Golden Assets (sendo que os restantes 95% do capital social da Golden Assets são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives) e 56,8% do capital social da SGF.
No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Quadro 1 - Composição Acionista

Enquanto a Golden Actives funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros, e pela SGF, respetivamente gestão de fundos de pensões. A seguir, detalha-se a estrutura orgânica da Golden Actives, Golden Assets e da Golden Broker, sendo que para o detalhe da SGF deverá ser consultado o respetivo Relatório & Contas.

Quer a Golden Assets, quer a Golden Actives, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação. A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

2. Órgãos Sociais e Comissões/Comités

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (no caso da Golden Actives, Fiscal Único). O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo.

2.1. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).
Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).

2.2. Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.
Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

Formações executivas: Harvard Business School, Insead, AESE
Licenciatura em Economia, FEP

Desde 2017
Administrador não executivo da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Desde 2016
Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 –Barclays Bank
2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibéria

2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 – Banco Comercial Português
Diretor

1991-2001 – Banco Pinto & Sottomayor
1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional
1991-1995 Diretor de Agência

Doutoramento em Gestão, ISEG
Mestrado em economia Monetária e Financeira, ISEG
Licenciatura em economia, UP

Sérgio Silva
Chief Investment Officer
Administrador

Desde 2000
Chief Investment Officer da Golden Assets e, desde 2013, Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.
2007
Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de "Produtos e Mercados de Dívida" do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina "Derivados de Taxa de Juro" do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006
Bolseiro FCT

2000-2006
Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (Departamento de Economia), nas disciplinas de "Mercados Financeiros" (desde 1997), "Econometria" (desde 1999); "Instrumentos Financeiros Derivados" e "Finanças Internacionais" (desde 2004).

2001-2006
Professor Adjunto convidado no instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de "Mercados Financeiros" da licenciatura de gestão, e do módulo "Avaliação de Instrumentos Financeiros" da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

1999-2003
Formador do IMC – Instituto do Mercado de Capitais

João Correia de Matos
Chief Legal Officer
Adimistrador

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Porto

Desde 2003
Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

2005-2013
Administrador no Conselho de Administração da InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A

2003-2005
Vogal da Direção da Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A

1998-2002
Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A:
Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

1995-1998
Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

1988-1995
Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

2.3. Conselho Fiscal

Em substituição do anterior modelo de Fiscal Único, a sociedade passou a ter um Conselho Fiscal que iniciou as suas funções em finais de julho de 2019, após os respetivos membros terem obtido a devida autorização pelo Banco de Portugal. O Conselho Fiscal tem um mandato de duração idêntico ao dos restantes órgãos sociais, e os seus membros (Presidente, dois vogais, idênticos e um Suplente), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

Presidente do Conselho Fiscal: Pedro Pimentel

Doutoramento em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1997
Mestrado em Engenharia Estrutural, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1987
Licenciatura em Engenharia Aeronáutica, pela Escola Técnica Superior de Ingenieros Aeronáuticos da Universidade Politécnica de Madrid, em 1983

Desde 2003
Membro da Direção da AESE e CFO, responsável pelas atividades da AESE no Porto e pela relação com a ASM (Angola School of Management – Angola)

De dezembro de 2015 a fevereiro de 2019
Administrador Independente do BCG; Presidente da Comissão de Risco do Banco.

De julho de 2013 a agosto de 2016
Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA; Membro da Comissão de Risco.

De 1997 a 2002
Diretor Geral da PRIME – Consultores de Empresas

Cargos Académicos:
Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)
Membro do Comité para MBA Executivo do EFMD (European Foundation for Management Development).
Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)
Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

Vogal do Conselho Fiscal: André Miranda

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, concluída em 2003.
Frequência com aproveitamento da parte curricular do 2.º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2007-2008).

Desde 2005
Inscrito na Ordem dos Advogados

Desde junho de 2018
Sócio fundador da Pinto Ribeiro, Miranda, André, Antunes & Associados – Sociedade de Advogados SPRL, da qual é atualmente sócio administrador.

De 2011 a 2018
Entre 2011 e 2013, exerceu advocacia em prática individual até fundar, no final de 2013, a André, Miranda e Associados, da qual foi sócio administrador.

De 2010 a 2011
Diretor na Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com responsabilidade pela direção e coordenação do Planeamento Legislativo do Ministério da Justiça e das Estatísticas da Justiça.

De 2005 a 2010
Chefe do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVIII Governo Constitucional e adjunto e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional

Outros cargos
É membro da International Bar Association (IBA).
É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

Vogal do Conselho Fiscal: Helena Coelho

Licenciatura em Economia pela Universidade Portucalense no Porto;
Pós Graduação em Gestão de Risco e Derivados pela Católica Porto Business School
Frequência do Mestrado em Finanças pela Católica Porto Business School

Desde 2014
Administradora da sociedade GLD PARTNERS - SGPS, S.A.

Em 2013
Administradora da sociedade Vintageburgo - Representação Comercial, Lda.

Desde 2012 a 2013
Vogal do conselho de Administração da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Desde 2006 a 2013
Vogal do conselho de Administração da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

Suplente do Conselho Fiscal: Paulo Magalhães e Silva

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Desde 1990
Inscrito na Ordem dos Advogados

Desde 2002
Advogado da sociedade de advogados Magalhães e Silva, Velloso Ferreira, Brochado e Associados desde a constituição em 2002, de que foi fundador e é sócio administrador.

2.4. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José de Sousa Santos, tendo como suplente Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha.

2.5. Comissões / Comités

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

a. Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações ("CSAR"), a qual faz parte do documento "Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais" aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2016. Os membros dos órgãos os sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. A CSAR é composta por 3 membros, respetivamente o Presidente, Pedro Quintela (independente), e dois vogais, Fernando Pereira e Alfredo Pinto Menezes (ambos acionistas) e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa.
A CSAR tem as seguintes competências:
a) Proceder à seleção e avaliação previstas na "Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais";
b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;
d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

b. Comité de Investimentos

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado "Termos de Referência". O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – Chief Investment Officer) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2019, o Comité de Investimentos realizou 49 reuniões ordinárias.

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:
a) Analisar e discutir os dados macro-económicos;
b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;
c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;

d) Validação da materialização do asset alocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;
e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;
f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

3. Compliance, Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro. Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:
a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de auto-avaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

Atividade

A Golden Broker continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2019 com um resultado líquido de 400.698€ e um ratio de fundos próprios totais de 31,01%, superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).
Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2019 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Broker eram de 289.236€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.121.209€, o que implica um excesso de fundos próprios de 831.973€.

Perspetivas

O ano de 2020 fica marcado pelos efeitos dramáticos da primeira pandemia do século XXI, ano em que duas novas palavras passaram a ser conhecidas em todos os países e continentes: coronavírus e Covid-19. Antecipa-se que a generalidade das economias nacionais venha a experimentar uma situação de recessão, mais ou menos grave consoante o estado de desenvolvimento e dimensão de cada país. Além da impossibilidade, neste momento, de previsões sobre a medida da recessão, igualmente é prematuro estimar qual o tipo de recuperação que se seguirá quando os efeitos da pandemia começarem a ser controlados. Apesar disso, há que ter em conta que os principais mercados financeiros internacionais não pararam e demonstraram continuar a ter a capacidade de executar as ordens dos investidores, por mais significativas que sejam. Por outro lado, é de realçar que, no espaço de breves dias, foi possível que a totalidade dos colaboradores da Golden Wealth Management pudessem trabalhar remotamente a partir de suas casas, em condições de perfeita segurança e eficiência. Neste enquadramento, acreditamos que o know-how especializado da Golden Wealth Management sobre a gestão dos ativos financeiros dos seus clientes continuará a ser exercido de forma normal, pelo que estamos confiantes que poderemos proporcionar aos nossos clientes durante o ano de 2020 dois importantes benefícios: i) que os serviços de gestão, de consultoria e de corretagem serão executados durante todo o ano em condições normais; ii) que as decisões de investimento continuarão a contribuir para que o património financeiro da generalidade dos clientes não esteja tão exposto às variações negativas dos mercados e possa aproveitar o movimento de correção dessas variações quando for oportuno.
Durante o primeiro trimestre de 2020, os efeitos da gestão da Golden Wealth Management e a sua preocupação em comunicar, atempada e continuamente, com os seus clientes sobre a evolução da situação, têm permitido constatar que esse esforço tem sido bem compreendido, com a manutenção da generalidade das carteiras dos clientes, pelo que a nossa perspetiva para 2020 é que a atividade da Golden Wealth Management ainda venha evidenciar um crescimento, novamente no segmento de retalho, quer em número de clientes, quer em volume de ativos sob gestão/"advising" e com efeitos igualmente na corretagem.
Nesse sentido, a Golden Broker espera continuar a ser um intermediário reconhecido na área da corretagem e de beneficiar do facto de estar integrada no grupo Golden, um dos maiores grupos independentes de gestão de ativos com sede em Portugal.

Proposta de aplicação de resultados

Considerando:
a) As disposições legais e estatutárias aplicáveis;
b) O cumprimento dos ratios de capital a que a Sociedade está obrigada antes e depois da aplicação de resultados proposta, cumprimento este reportado a 30 de março de 2020 (em que, antes da aplicação proposta, o Total capital ratio é de 31,22% e o T1 capital ratio é de 29,75%, e em que, após a aplicação proposta, o Total capital ratio é de 25,64% e o T1 capital ratio é de 24,16%),
O Conselho de Administração propõe que:
Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66°, n° 5, alínea f), e no artigo 376°, n° 1, alínea b), ambos do Código das Sociedades Comerciais, e no artigo 27° dos Estatutos da Sociedade, que ao resultado líquido positivo do exercício no montante de 400.697,62 € seja dada a seguinte aplicação:
a) Para reforço da reserva legal (10%): 40.069,76 €;
b) Para atribuição de dividendos: 200.000,00€;
c) O remanescente, no valor de 160.627,86€, para resultados transitados.

Considerações finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:
Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,
Às instituições financeiras que nos apoiaram,
Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo apoio e diligência demonstrados,
A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,
Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 29 de maio de 2020

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

Demonstrações financeiras

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores Expressos em Euros)

31-12-2019									
	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior (31-12-2018)		Notas	31-12-2019	Ano anterior (31-12-2018)
		1	2	3=1-2					
Ativo						**Passivo**			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		329		329	319	Passivos por impostos correntes	6	38.016	14.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	16.074.905		16.074.905	25.074.045	Outros passivos subordinados	8	0	101.732
						Outros passivos	7	16.823.210	26.301.830
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	26.793		26.793	27.323	**Total de Passivo**		**16.861.226**	**26.417.593**
Aplicações em instituições de crédito	3	500.000		500.000	250.000				
Outros ativos tangíveis	5	533.795	516.818	16.977	40.895				
Ativos intangíveis	5	99.198	99.198	0	0	**Capital**			
Outros ativos	7	1.363.459		1.363.459	1.745.550	Capital	9	350.000	350.000
						Outros instrumentos de capital	10	50.000	50.000
						Reservas de reavaliação	11	0	0
						Outras reservas e resultados transitados	11	320.538	387.221
						Resultado do exercício		400.698	(66.683)
						Total de Capital		**1.121.236**	**720.538**
Total de Ativo		**18.598.478**	**616.016**	**17.982.462**	**27.138.131**	**Total de Passivo + Capital**		**17.982.462**	**27.138.131**

Rubricas Extrapatrimoniais	**Notas**	**31-12-2019**	**Ano anterior (31-12-2018)**
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.	24	35.726	36.668
Depósito e guarda de valores	24	82.092.933	240.462.250
Valores administrados pela instituição	24	2.902.051	2.829.973

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2019	Ano anterior (31-12-2018)
Juros e rendimentos similares	12	262.694	56.646
Juros e encargos similares	12	(13.080)	(8.893)
Margem financeira		249.614	47.753
Rendimentos de serviços e comissões	13	1.457.550	1.558.422
Encargos com serviços e comissões	14	(301.281)	(654.058)
Resultados de reavaliação cambial	15	7.988	6.059
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(771)	(817)
Outros resultados de exploração	16	85.763	81.107
Produto bancário		1.498.862	1.038.467
Gastos com o pessoal	17, 18	(600.058)	(579.498)
Gastos gerais e administrativos	19	(434.628)	(485.897)
Amortizações do exercício	5	(25.462)	(25.724)
Resultados antes de impostos		438.714	(52.652)
Impostos correntes	6	(38.016)	(14.031)
Resultado após impostos		400.698	(66.683)
Resultado por ação			
Básico	21	5,72	(0,95)
Diluído	21	5,72	(0,95)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL
PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2019	Ano anterior (31-12-2018)
Resultado líquido do exercício		400.698	(66.683)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Rendimento integral do exercício		400.698	(66.683)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores Expressos em Euros)

	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2018		350.000	50.000		387.221	-66683	720.538
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	0
Aplicação do resultado do exercício de 2017:							
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	-		0
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018		-	-	-	-	98.053	98.053
Saldo em 31 de dezembro de 2018		350.000	50.000	-	387.221	-66.683	720.538
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-		-	0
Aplicação do resultado do exercício de 2018:							
Transferência para reservas e resultados transitados	11	-	-	-	(66.683)	66.683	0
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	-	400.698	400.698
Saldo em 31 de dezembro de 2019		350.000	50.000	-	320.538	400.698	1.121.236

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores Expressos em Euros)

	31-12-2019	Ano anterior (31-12-2018)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1.607.382	1.495.870
Juros, comissões e encargos similares pagos	-302.140	-826.028
Pagamentos ao pessoal	-624.587	-640.321
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	-82.179	-16.045
Resultados de reavaliação cambial	7.988	0
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	-327.386	51.347
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	279.077	64.823
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Aplicações em instituições de crédito	-250.000	0
Outros ativos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	-250.000	0
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	0	0
Fluxo das atividades operacionais (1)	29.077	64.823
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	0	0
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	134	-1.333
Fluxo das atividades de investimento (2)	134	-1.333
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	0	0
Fluxo das atividades de financiamento (3)	0	0
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	29.211	63.491
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	449.948	386.457
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	479.159	449.948

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2019	2018
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329	319
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	578.830	449.629
Caixa e seus equivalentes	579.159	449.948
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	15.496.075	24.624.416
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	500.000	250.000
Disponibilidades constantes do balanço	15.996.075	24.874.416

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os montantes de 15.996.075 Euros e 24.624.416 Euros, respetivamente, referem-se às "Disponibilidades de terceiros" incluídas na rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras).

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker” ou "Sociedade") foi constituída por escritura pública de 4 de abril de 2003. A Sociedade tem por objeto a receção, transmissão e execução de ordens dos investidores para subscrição ou transação de valores mobiliários, a gestão de carteiras de valores mobiliários pertencentes a terceiros, a consultoria para investimento em valores mobiliários, abertura, movimentação, utilização e controlo das contas de depósito de valores mobiliários titulados e de registo de valores mobiliários escriturais, bem como a prestação de serviços relativos aos direitos inerentes aos mesmos valores, a colocação em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e a prestação de serviços conexos, legalmente consentidos às sociedades financeiras de corretagem. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), ao abrigo do determinado no Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuado através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Outros ativos – Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 7).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros ao Justo Valor através de resultado

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os financeiros ao Justo Valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

ii) Outros passivos – Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas anuais constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2019.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 13).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pela Sociedade são as seguintes:

- A Sociedade aufere uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Valor da transação intermediada;
- Quantidade da transação intermediada.

- Adicionalmente, a Sociedade aufere uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

b) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

h.i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se revelada nas demonstrações financeiras da Sociedade.

h.ii) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras da Sociedade (Nota 2).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do risco financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza caraterística dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço, e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam situações materialmente relevantes geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

l) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, a Sociedade reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;

- na atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

Durante o exercício de 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2018.

DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito e tem a seguinte composição:

	2019	2018
Disponibilidades de Terceiros:		
- em instituições de crédito no país	7.531.641	12.696.645
- em instituições de crédito no estrangeiro	7.964.434	11.927.771
	15.496.075	24.624.416
Disponibilidades da Sociedade:		
- em instituições de crédito no país	578.830	449.629
- em instituições de crédito no estrangeiro	-	-
	578.830	449.629
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	16.074.905	25.074.045

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

	2019	2018
Aplicações em instituições de crédito no país:		
- Depósitos a prazo	500.000	250.000

4. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2018	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT´s 3,85% 04 2021	25.000	1,00€	0,00%	0	27.323	26.963
				0	27.323	

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2018	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT´s 2,20% 10 2022	25.000	1,00 €	107,17%	26.793	0	26.966
				26.793	0	

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas "Outros Ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis", bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2019				
	Ativo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198		-	-	99.198
	99.198	0	-	-	99.198
Outros ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e material	35.597	-	-	-	35.597
Equipamento informático	164.762		-	-133,78	164.628
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de Ambiente	5.549	-	-	-	5.549
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	533.929	0	0	-134	533.795
	633.127	0	0	-134	632.993

	2019				
	Amortizações e perdas de imparidade				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Outros ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	260.748	21.204	-	-	281.952
Mobiliário e material	34.390	386	-	-	34.775
Equipamento informático	157.352	3.482	-	-	160.834
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de Ambiente	3.332	739	-	-	4.071
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
	493.035	23.784	0	0	516.818
	592.232	23.784	0	0	616.016

	2018				
	Ativo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Outros ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e material	35.597	-	-	-	35.597
Equipamento informático	161.458	3.304	-	-	164.762
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de Ambiente	5.549	-	-	-	5.549
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	530.625	3.304	0	0	533.929
	629.823	3.304	0	0	633.127

	2018				
	Amortizações e perdas de imparidade				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Outros ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	239.631	21.118	-	-	260.748
Mobiliário e material	34.390	386	-	-	34.775
Equipamento informático	157.352	3.482	-	-	160.834
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de Ambiente	3.332	739	-	-	4.071
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
	467.311	25.724	0	0	493.035
	566.508	25.724	0	0	592.232

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,50%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser demonstrada como segue:

	2019		2018	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		438.714		(52.652)
Imposto apurado com base na taxa nominal		28.833		-
Tributação autónoma		2.328		14.031
Outros (Derrama)		6.856		-
Imposto apurado com base na taxa efetiva	8,67%	38.016	-	14.031
Do qual:				
Imposto corrente		38.016		14.031

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Golden Actives, SGPS, S.A., registando o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica "Passivos por impostos correntes".

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos, é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2019	2018
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	38.016	14.031
	38.016	14.031

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros ativos" pode ser detalhada como segue:

	2019	2018
Devedores diversos:		
Devedores por operações em derivados – conta margem	1.310.794	1.652.829
Rendimentos a receber	6.083	14.459
Despesas com encargos diferidos:		
Rendas	6.000	8.000
Outros	6.692	7.828
	12.692	15.828
Contas a regularizar	1.891	1.226
Outros devedores	5.652	18.319
Outros ativos – Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	20.705	38.810
FCT – Fundo Compensação do Trabalho	5.642	4.080
Outros	0	-
	26.347	42.890
	1.363.459	1.745.550

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como se segue:

	2019	2018
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados – conta margem	1.310.794	1.652.221
Credores por operações sobre valores mobiliários	15.360.421	24.478.616
Fornecedores	23.632	48.012
	16.694.847	26.178.850
Encargos a pagar		
Comissões	8.677	9.280
Remunerações	66.282	70.573
Outros custos administrativos	24.523	13.755
	99.481	93.607
Outros passivos – Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares Retenção na fonte	17.759	18.510
Contribuições para a Segurança Social	11.123	10.863
	28.881	29.373
	16.823.210	26.301.830

As rubricas "Devedores por operações em derivados – Conta margem" e "Credores por operações em derivados – Conta margem" respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo "Credores por operações sobre valores mobiliários" corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

8. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2019 não existem passivos subordinados, relativamente a 2018 os passivos subordinados referem-se a um empréstimo, no montante de 100.000 Euros, obtido junto da sociedade Golden Actives, S.G.P.S., S.A. o qual vence juros a taxas de mercado e não tem prazo de reembolso definido. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica inclui ainda 1.732 Euros e 918 Euros, relativos a juros suportados com o empréstimo e ainda não liquidados (Nota 20).

Os recursos obtidos com este empréstimo são considerados para efeitos dos fundos próprios da Sociedade, dentro dos limites previstos nos nºs 6 e 7 do Aviso n.º 12/92, de 22 de dezembro alterado pelo Aviso 2/09 de 18 de setembro de 2009.

9. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital da Sociedade estava representado por 70.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado, sendo o único acionista a Golden Actives, S.G.P.S., S.A.

10. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelo acionista da Sociedade, no montante de 50.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

11. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PROPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outras reservas e resultados transitados" tem a seguinte composição:

	2019	2018
Reserva legal	164.634	164.634
Resultados transitados	155.904	222.587
	320.538	387.221

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de abril de 2019 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2018 como segue:

Resultados transitados	(66.683)
	(66.683)

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

12. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2019, o saldo da rubrica "Juros e Rendimentos" advém essencialmente de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

	2019	2018
Juros e rendimentos similares	262.694	56.646
Outros juros e encargos similares	(13.080)	(8.893)
Margem Financeira	249.614	47.753

13. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Atividades de corretagem:		
Comissões de corretagem	1.349.339	1.411.641
Outras comissões	13.587	7.903
	1.362.927	1.419.544
Atividades de gestão de ativos:		
Comissões de gestão	46.081	32.414
Depósito/Guarda de valores	47.935	81.475
Comissões de performance	608	24.989
Comissões de consultoria	0	-
	94.623	138.878
	1.457.550	1.558.422

14. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Atividades de corretagem e de gestão de ativos	(238.957)	(610.762)
Serviços bancários	(62.324)	(43.296)
	(301.281)	(654.058)

15. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica estava relacionado com ganhos ou perdas líquidas obtidas com a venda e compra de moeda por conta de clientes e por conta própria, em virtude da ocorrência de pagamentos em moeda estrangeira e da existência de saldos de disponibilidades em moeda estrangeira.

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
IVA suportado	(46.057)	(35.645)
Imposto de selo	(5.287)	(3.920)
Outros custos	(44.583)	(34.054)
	(95.927)	(73.619)
Outros ganhos e rendimentos	181.690	154.726
Outros resultados de exploração	85.763	81.107

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 18)	(187.033)	(175.700)
Remunerações dos colaboradores	(294.698)	(289.677)
Encargos sociais obrigatórios	(118.326)	(114.120)
	(600.058)	(579.498)

O quadro de trabalhadores e administradores executivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser resumido como segue:

	2019	2018
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	12	12
Pessoal administrativo	1	1
	16	16

18. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2019 e 2018, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 187.033 e 175.700 Euros (Nota 17).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser discriminadas como segue:

	2019	2018
António Nunes da Silva	52.500	52.500
João Carlos Magalhães Correia de Matos	67.200	67.200
Sérgio Ferreira da Silva	67.333	56.000
	187.033	175.700

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e ao longo dos respetivos exercícios, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

19. GASTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Serviços especializados	(279.883)	(273.347)
Rendas e alugueres	(88.000)	(96.748)
Deslocações e estadas	(42.928)	(84.995)
Comunicações e despesas	(7.225)	(8.445)
Rendas de locação operacional	0	(1.621)
Publicidade	(1.280)	(1.956)
Outros	(15.312)	(18.784)
	(434.628)	(485.897)

20. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com empresas do Grupo Golden Actives, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	2019		2018	
	Golden Assets	Golden Actives	Golden Assets	Golden Actives
Outros passivos				
Credores por operações sobre valores mobiliários	5.582.772	-	15.843.686	-
Outros passivos subordinados (Nota 8)		-		101.732
Outros instrumentos de capital (Nota 10)		50.000		50.000
	5.582.772	50.000	15.843.686	151.732

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	Solid Assets	Golden Assets	SGF	Vintageburgo	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(86.000)							
Custos com cedência de pessoal		(61.960)						
Juros suportados (Nota 8)						(820)		
Comissões suportadas				(14.730)	(11.705)			(1.989)
Serviços especializados							(54.000)	(14.400)
Comissões recebidas		267.527	37.199					
Rendimentos relativos a cedência de pessoal		171.932	4.081					

	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Vintageburgo	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(96.000)							
Custos com cedência de pessoal		(59.348)						
Juros suportados (Nota 8)						(814)		
Comissões suportadas				(337.390)	(51.183)			(3.319)
Serviços especializados							(60.000)	(14.440)
Comissões recebidas		225.659						
Rendimentos relativos a cedência de pessoal		147.890						

21. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2019	2018
- Resultado líquido do exercício	400.698	(66.683)
- Número médio ponderado de ações	70.000	70.000
- Resultado por ação:		
Básico	5,72	(0,95)
Diluído	5,72	(0,95)

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de maio de 2020. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

23. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Golden Actives – S.G.P.S., S.A.

24. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2019	2018
Compromissos perante terceiros:		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	35.726	36.668
Responsabilidades por prestação de serviços:		
- Depósito e guarda de valores (Nota 1.2.h.i)	82.092.933	240.462.250
- Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h.ii)	2.902.051	2.829.973
	85.030.710	243.328.890

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica "Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores" corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2019, ascende a 26.793 Euros (Nota 4).

A rubrica "Depósito e guarda de valores" reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Sociedade, os quais são depositados em diversas instituições bancárias.

Os ativos geridos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018
Ações	887.775	811.106
Outros	2.014.276	2.018.867
	2.902.051	2.829.973

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo e que efetuaram as transações durante o exercício de 2019 que a seguir se discriminam:

Nome	Nome da sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Golden Broker	Nº Ações 31/12/2018	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2019	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	Golden Actives – SGPS, S.A.	10.000	0	0	10.000	10%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Broker foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 29 de junho de 2020 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN BROKER

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker).

A - Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Broker tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Broker;
- no estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Broker.

No que diz respeito aos responsáveis pelo *Compliance* e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Broker.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Broker deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B – Política de Remuneração da Golden Broker

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
d) Prossecução dos interesses dos clientes;

e) Competitividade face às práticas de mercado;
f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

Desempenho

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pela sociedade;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Competitividade

A Golden Broker procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Broker tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e *know how* capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

Estratégia

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Broker, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Alinhamento com os Acionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

Controlo do Risco

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C - Componentes da remuneração

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
f) Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são remunerados em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Broker;
c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

Remuneração Variável:

a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

Benefícios

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

D - Aspetos complementares

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2019, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 91.761 euros.

COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.

2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:

2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;

2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.

3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.

4. Compete à CSAR:
4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Broker;
4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Broker.

5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.

6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.

7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.

GOLDEN
WEALTH MANAGEMENT

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. ,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (de ora em diante designada «Golden Broker»), apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Golden Broker reportados ao exercício de 2019.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da Golden Broker.

No âmbito das suas funções, com a periodicidade considerada adequada, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da atividade da Golden Broker. Verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Golden Broker e apresentação das demonstrações financeiras

No que concerne o Relatório e Contas de 2019, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração bem como os documentos de prestação de contas, que englobam o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração de rendimentos integral, a Demonstração de fluxos de caixa e a Demonstração das alterações de capital próprio e respetivos anexos.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal de Contas emitida pela PKF & Associados, Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e obteve desta as informações que considerou necessárias no âmbito da sua atividade de fiscalização.

Da análise efetuada e anteriormente referida, o Conselho Fiscal é de opinião que:

a) Os documentos de prestação de contas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Golden Broker;

b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

c) O Relatório de Gestão apresenta a evolução da atividade empresarial e da situação da Golden Broker, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;

d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado do trabalho desempenhado pelo Conselho Fiscal, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Golden Broker aprove:

1) O Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2019;

GOLDEN
WEALTH MANAGEMENT

2) A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão, conforme a seguir transcrita:

«O Conselho de Administração propõe que:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66º, nº 5, alínea f), e no artigo 376º, nº 1, alínea b), ambos do Código das Sociedades Comerciais, e no artigo 27º dos Estatutos da Sociedade, que ao resultado líquido positivo do exercício no montante de 400.697,62 € seja dada a seguinte aplicação:

a) Para reforço da reserva legal (10%): 40.069,76 €;

b) Para atribuição de dividendos: 200.000,00€;

c) O remanescente, no valor de 160.627,86€, para resultados transitados.»

Finalizando o presente documento, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento pela muito boa colaboração que sempre recebeu do Conselho de Administração e dos responsáveis das várias áreas orgânicas da Golden Broker com quem se relacionou.

Porto, 22 de Junho de 2020

O Conselho Fiscal

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

(Presidente)

André Filipe Oliveira de Miranda

(Vogal)

Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho

(Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 17.982 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.121 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 401 milhares de euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Rendimentos de Serviços e Comissões *(Notas 1.2.g) e 13 do Anexo às demonstrações financeiras)*	
Em 31 de dezembro de 2019 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.457.550 euros. Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito. O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico. Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros: - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
Salvaguarda dos bens de clientes *(Notas 1.2.h) e 24 do Anexo às demonstrações financeiras)*	
Em 31 de dezembro de 2019 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 82.092.933 euros. Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais. Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros: - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de dezembro de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de junho de 2020

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)